

VI Encontro de Associações e Sintunesp

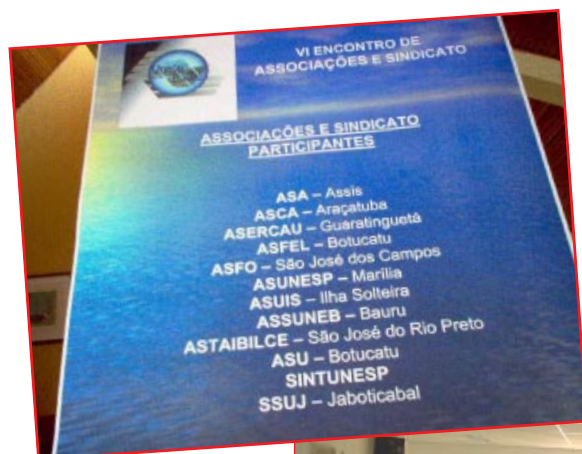


CADERNO DE DEBATES E RESOLUÇÕES

4 a 6 de outubro de 2007
Bauru

CADERNO DE DEBATES E RESOLUÇÕES

VI ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES E SINTUNESP 2007



Realização
Assuneb - Bauru e Sintunesp

PARTICIPANTES:

ASA – Assis
ASCA – Araçatuba
ASERCAU – Guaratinguetá
ASSUNEB - Bauru
ASFEL – Botucatu
ASU – Botucatu
ASFO – São José dos Campos
ASTAIBILCE – São José do Rio Preto
SSUJ – Jaboticabal
ASUIS - Ilha Solteira
ASUNESP - Marília

Sintunesp

Local
Hotel Bekassin - Bauru

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Abertura: 04/10/07 – 19h



Composição da mesa:

Prof. Dr. Herman Jacobus Cornelis Voorwald – Vice-Reitor da Unesp

Ezequiel Pires da Silva
- Diretor da Associação dos Servidores do Campus de Bauru – Assuneb

Alberto de Souza
- Coordenador Político do Sindicato dos Trabalhadores da Unesp - Sintunesp

Ezequiel Pires da Silva – Agradecendo a presença de todos, em nome da Assuneb, desejou que o evento fosse produtivo. “Nosso objetivo, enquanto Universidade, é buscar fazer o melhor sempre, visando novas descobertas e conquistas. Entendemos que a Universidade precisa a cada dia estar mais próxima e acessível à comunidade e, para tanto, o envolvimento das forças político-administrativas é fundamental. Por isso, é importante discutirmos novos rumos ou encontrarmos novos caminhos para a solução de problemas não tão novos”, disse. Finalizando, citou uma frase de Alexander Graham Bell: “Nunca ande pelo caminho traçado, pois ele conduz somente até onde os outros já foram.”

Prof. Dr. Herman Jacobus Cornelis Voorwald – Cumprimentou os participantes do Encontro, justificando que o Prof. Macari solicitou que o substituisse, aproveitando que estaria participando, também, da reunião da congregação aberta do Campus de Bauru. Considerou que, apesar da pauta ser voltada aos interesses sindicais, os assuntos nela contidos também são relevantes para a instituição. Ressaltou que a Unesp atravessa um momento interessante, apesar do abalo sofrido

do no começo do ano com a intervenção do governo do Estado, que colocou em xeque a autonomia das universidades estaduais. Destacou a importância de aprofundar a discussão sobre os decretos do governo Serra numa pauta específica, porque a intenção do governador era dificultar a gestão da autonomia financeira das universidades, uma vez que outros órgãos do setor público não têm este modelo de gestão. Para o professor Herman, a criação da Secretaria de Ensino Superior não é um complicador. Ele entende que o incômodo do governo está, de fato, na existência do repasse da quota-parte do ICMS às universidades e em sua administração independente frente ao governo.

Reafirmou que o começo do ano foi muito difícil e que a inscrição da Universidade no SIAFEM causou inquietação. Porém, este problema foi contornado com a criação de um sistema de alimentação de dados. Afirmou que a autonomia está preservada e que as universidades

poderão continuar a negociação dos salários diretamente com os sindicatos. Disse que a economia da Unesp mantém-se estável e que a arrecadação do ICMS está crescendo. “O início desta gestão foi muito difícil, mas a administração exerce ações com muita austeridade”, destacou.



Disse que iniciamos esta gestão de forma muito tumultuada, principalmente devido ao processo de expansão, que fez a Universidade saltar de 30 mil para 40 mil alunos. Apesar disso, foi mantido o equilíbrio, mesmo em processo de crescimento. Comentou sobre o pagamento, em novembro/2007, da promoção dos 5% devidos pela administração anterior (ADP), referentes a 2003 e 2004.

O professor Herman destacou que os indicadores da Universidade são muito bons atualmente. Como exemplo, disse que a Unesp saltou 31 pontos no *ranking* das 500 melhores universidades do mundo. Segundo ele, não podemos esquecer que a instituição tem uma função importante para a sociedade, que é a razão da sua existência, e que nós temos uma missão que nos foi incumbida pelo Estado, que nos financia através de impostos pagos pelos ricos e pelos pobres. Enfatizou que nunca devemos esquecer que estamos aqui para formar bons alunos e colocar no mercado de trabalho bons profissionais. Voltou a frisar que ter recursos financeiros não significa ter recursos orçamentários para gastar e que a Universidade atravessa um momento muito bom no conjunto de questões, apesar de ter que manter o equilíbrio financeiro.

Sobre a São Paulo Previdência (SPPrev), o vice-reitor da Unesp contou que, em conversa com o superintendente do Ipesp, durante sua presença na reunião do CO em 23/8/2007, este tentou tranquilizar a comunidade universitária. Sugeriu que as entidades devam continuar pautando essa discussão para obter mais informações. Por fim, disse que, na sua avaliação, a Universidade sempre manteve aposentados na folha e que estes devem permanecer. Quanto a este aspecto, o professor Herman entende que nada mudará com a implantação da SPPrev.

O vice-reitor informou que, na próxima reunião do CEPE, ocorrerão duas discussões importantes. Uma delas é a contratação de docentes (é necessário contratar mais 400 docentes para manter o quadro) e de servidores (o vazio é de aproximadamente 1.000 profissionais). Disse que, de imediato, o atendimento integral imediato dessa necessidade é inviável, primeiramente por falta de recursos e, também, em função da necessidade de criação de vagas pela Assembleia Legislativa – Alesp. Propõe iniciar a recuperação pelo sistema de reposição planejada, contratando 100 servidores por ano, caso isso seja aprovado no CADE e no CO, tendo a possibilidade de manter, no quadro, os aposentados. O segundo grande desafio são as políticas afirmativas de inclusão na Unesp, pois isto seria um fato de fortalecimento de uma opinião pública favorável

por parte da sociedade em relação às universidades públicas.

Por fim, o professor Herman manifestou-se otimista pela manutenção da administração da Unesp com austeridade, bom senso, trabalho e equilíbrio. Disse que a Universidade está trilhando bons caminhos e que dificuldades existem, mas que tudo se resolve com cautela e otimismo.

Alberto de Souza – Saudando a todos, comentou que a fala do professor Herman, de que a Universidade passa por uma situação financeira estável, tranquiliza a comunidade. Porém, lembrou a necessidade de atendimento das reivindicações da categoria na peça orçamentária da Unesp. Reconheceu que o trabalho desta gestão é sério e que, por isso, a expectativa dos servidores é que as reivindicações sejam realmente discutidas. Disse que a pauta do Encontro é sindical, mas que são assuntos que atingem a Universidade como um todo e, por isso, estão sempre em pauta, como é o caso da SPPrev, terceirizações, Esunesp, Plano de Carreira etc. Disse que a preocupação é pela defesa, com muita garra, da universidade pública e de qualidade e que o Sindicato trabalha em prol dos servidores técnicos e administrativos e de seus interesses imediatos. Ressaltou que os servidores fizeram um trabalho considerável em defesa da autonomia e por mais verbas, marcando presença todos os anos na Assembleia Legislativa (Alesp), combatendo os ataques dos governantes do Estado. Disse, ainda, que a fala do superintendente do Ipesp no CO foi no sentido de tranquilizar a comunidade, mas, na verdade, a situação é preocupante.

Por fim, parabenizou os presentes e disse que a justificativa de alguns representantes de Associações para não participarem do Encontro, alegando que sua pauta é apenas sindical, preocupa muito. “As questões sindicais são aquelas que dizem respeito à defesa dos trabalhadores”, frisou. Disse que tem orgulho por fazer parte de um grupo

denominado “Chapão”, porque realmente representa os interesses dos servidores técnicos e administrativos e da Universidade nas reuniões dos órgãos colegiados.



Intervenções da plenária:

Luiz Carlos de Freitas Melo - Disse que gostaria de ouvir que a situação da Unesp está tranquila na mesa de negociações com o Cruesp. Ressaltou que de nada adianta a autonomia

das universidades se não houver recurso financeiro adequado. “As universidades estaduais paulistas cresceram

muito, mas as verbas não acompanharam esse crescimento”, reforçou. Citou alguns exemplos do que considera uma situação dramática: o corte do leite que era servido em alguns setores da Faculdade de Medicina de Botucatu e a informação de que serão cortadas, também, as refeições de acompanhantes da pediatria. Também preocupa a questão do repasse da parte patronal ao Ipesp ou à SPPrev, porque as universidades não têm verbas para isso. Finalizando, lembrou que o reajuste da parcela fixa é muito importante para os servidores porque contribui para melhorar a renda e diminuir o fosso salarial existente nas universidades.

Prof. Herman – Disse que o governo Serra não mudará o percentual de repasse do ICMS (9,57%) às universidades. A Unesp tentou abordar com a USP e a Unicamp a redistribuição deste índice, mas a professora Suely Vilela, reitora da USP, negou-se a discutir. O vice-reitor frisou que a Universidade deve manter-se com os pés no chão para garantir sua tranquilidade econômica e crescer. Disse que a ação de corte de gastos foi muito bem feita, citando como exemplo a troca do aluguel na Alameda Santos pela aquisição de um prédio pequeno, cujo valor corresponde a dois anos de aluguel na sede anterior. Frisou que, às vezes, é preciso dizer não, e em outras é possível dizer sim. A questão do pagamento fixo dos R\$ 200,00, segundo ele, deverá ser decisão do Cruesp, na reunião de negociação do dia 31/10.

Olga da Conceição F. Santos - Pediu ao vice-reitor que levasse um recado ao professor Macari: “Protocolamos nossa Pauta Específica/2007 no dia 27 de junho, fizemos várias cobranças de negociação e, até o presente momento, não obtivemos retorno”, disse. Também ressaltou a reivindicação de que a revisão da Proposta do Plano de Carreira



seja submetida à apreciação da comunidade antes de passar pelo CADE/CO. Questionou se o governo e as universidades têm condições financeiras de suprir as possíveis necessidades financeiras da SPPrev.

Cínara Rovai – Também questionou sobre a demora em agendar uma reunião de negociação da Pauta Específica.

Prof. Herman – Garantiu que faria uma cobrança, através do chefe de gabinete, sobre a negociação da Pauta Específica, e sugeriu aos representantes junto ao CADE que pedissem a retirada de pauta da Proposta do Plano de Carreira. Quanto à SPPrev, tem dúvidas e não soube dizer sobre o recolhimento da contrapartida patronal.

Ademir Machado – Disse que, se há folga financeira, se há caixa, seria muito nobre, por parte da reitoria, pagar a promoção do ADP retroativamente ao mês de janeiro. Sobre o Vale Alimentação, destacou a reivindicação de equiparação com a USP e Unicamp, o que também seria nobre.

Antônio Luiz Fieno – Criticou o fato de que muitas das pessoas que têm direito a receber precatórios já terão falecido quando a dívida for quitada.

Prof. Herman – Afirmou que não há espaço orçamentário para isso, não há dotação orçamentária. Sobre o Vale Alimentação, sugeriu que o Sindicato e os representantes levassem ao CADE uma proposta de reajuste progressivo, ao longo de dois ou três anos. Sobre os precatórios, lembrou a proposta da Unesp de pagar R\$ 3 milhões. Assim, a previsão é que demore entre cinco e seis anos para a liquidação total. “Para que as contas fechem de forma inteligente, as ações têm que ser planejadas. Planejamento é a palavra chave”, finalizou.

Palestras em 5/10/2007

9h: “Plano de Saúde Mais Unesp”

Palestrante: Prof. Dr. Trajano Pires da Nóbrega Neto (Superintendente do Plano)

O professor-doutor Trajano Pires da Nóbrega Neto, superintendente do Mais Unesp Saúde, informou que, a partir de março de 2003, o Plano sofreu algumas mudanças em seu formato. Porém, não houve grandes alterações na sua estrutura. Ele disse que haverá uma próxima etapa, com a implantação da nova proposta já encaminhada ao CO.

O professor Trajano frisou que, no decorrer desses anos em que o Plano está em vigor, houve muitos acertos e muitos erros também. Um grande erro, segundo ele, é a não existência do registro junto à Associação Nacional de Saúde – ANS. Houve tentativas de regularizar a situação, mas não foram bem sucedidas. “Algumas pessoas consideram que não há motivos pela preocupação, mas, na realidade, esta é uma situação preocupante”, ressaltou.

Outro problema, de acordo com o superintendente, é o uso do CNPJ do Sintunesp desde a criação do Plano. Mesmo que esta não seja uma situação prevista no estatuto do Sindicato, o professor considera que o uso do CNPJ da entidade foi de grande valia para a comunidade, pois permitiu a existência do Plano.

Outra grande irregularidade, em seu entendimento, é a concessão do patrocínio pela reitoria. Embora seja depositado diretamente na conta do Mais Unesp Saúde, tal patrocínio vem em nome do Sintunesp, o que pode gerar problemas com o Tribunal de Contas futuramente.

A distorção na tabela de preços é outro problema, destacou o professor Trajano. Ele explicou que há pessoas que, embora estejam nas mesmas condições salariais e na mesma faixa etária, pagam preços diferentes, ou seja, uns pagam muito e outros muito pouco. “É preciso uniformizar o tratamento”, enfatizou.

Ressaltando a existência de muitos fatores positivos no Plano, o superintendente disse que a situação é tran-



qüila em relação ao número de usuários, atualmente em 10.757. Um questionário respondido pelos usuários há alguns meses mostrou que 91,95% consideram o Plano ótimo ou bom e vêem como positiva a atenção dada pela Unimed. “Estes bons resultados são produto da ação de todos os que colaboram com o Plano desde a sua implantação, em 1999, mas devemos considerar a necessidade de avançar e melhorar”, ponderou.

Comentando o fato de que, em março de 2005, em assembléia dos filiados, o Sintunesp decidiu retirar o CNPJ do Plano, o professor Trajano informou que a atual administração da Universidade dispõe-se a acatar a decisão e considera boa a proposta apresentada e aprovada na reunião do CADE por unanimidade, a ser submetida ao CO no dia 25/10.

Lembrando que o processo de transição e a aprovação de uma nova proposta necessitam, em muito, da colaboração das Associações e dos usuários, o superintendente disse que “não se espera a aceitação de todos, mas a conscientização de que esta proposta é o que temos de melhor a oferecer e não podemos ficar patinando sem solução para os problemas”. Ele também lembrou que, no ano passado, o CADE breiou a

proposta, alegando a necessidade de amadurecimento, e que este é o momento propício para tal decisão, uma vez que contamos com o apoio da atual administração. “Com a ajuda do Sindicato e das Associações, comprometo-me a visitar todas as unidades sempre que for solicitado”, finalizou.

Intervenções da plenária:

Luiz Carlos de Freitas Melo: A situação do Iamspe e do SUS em nosso país está muito difícil. Estamos lutando na Assembléia Legislativa para que o governo entre com a contrapartida patronal de 2% em relação ao Iasmpe. Quanto ao Plano, o subsídio está congelado, apesar de inúmeros reajustes das mensalidades. O número de evasão está equilibrado? Devemos buscar conquistas no aumento do subsídio junto à comissão de orçamento?

Prof. Trajano: Existe um termo de convênio firmado, que vence em março de 2008, no qual o patrocínio foi definido na época e permanece congelado desde então. As regras têm que ser respeitadas.

Djalma Bovolenta: O subsídio da reitoria deveria ser de 50% do custo do usuário. Com isso, poderíamos trazer de volta usuários da primeira faixa que se evadiram do Plano por não conseguirem pagar. Hoje, a maioria dos usuários que adere ao Plano é de docentes.

Prof. Trajano: Na prática, o subsídio de R\$ 56,00 não co-

bre os gastos. O que acontece é que o usuário que paga a mais subsidia o Plano para quem paga menos. A adesão ao novo Plano não será automática, por transferência, e sim um processo transitório, de sair do atual e aderir ao novo.

Ademir Machado: Gostaria de saber da veracidade sobre as denúncias de irregularidades sobre a gestão anterior. Como anda a tramitação de tais denúncias?

Prof. Trajano: A administração anterior tinha uma conduta de procedimento diferente da atual. Enxuguei o Plano, pois do contrário os problemas seriam incontornáveis. Mudar o contrato antigo para a Federação foi custoso. É complicado entender os relatórios da gestão anterior, mas encontramos uma fórmula para levantar as dúvidas. O Sindicato está acompanhando todas as ações desta superintendência e optou por uma linha: encaminhará prestação de contas para a comunidade desde 2003 até a data de transição para o novo Plano. Estamos fazendo levantamento de todas as ações com muita cautela.

João Carlos Camargo de Oliveira: A nossa participação no formato do novo Plano é fundamental para depois passarmos a responsabilidade para a reitoria e, em seguida, compartilhar essa responsabilidade com ela. Existem condições para uma justa transformação, como, por exemplo, negociar a sinistralidade, dependendo do número de adesões ao Plano. Para isso, gostaria de contar com a colaboração do Prof. Trajano, também no futuro.

11h: “A São Paulo Previdência - SPPrev”

Palestrante: João Zafalão

(Professor da Rede Estadual de Ensino, membro da Coordenação Estadual da Conlutas e da Alternativa/Apeoesp)

Apresentando-se como professor da Rede Estadual de ensino de São Paulo, João Zafalão historiou um pouco a luta dos trabalhadores pela seguridade social. Lembrou que ela se confunde com a luta do movimento operário.

As primeiras lutas por esse direito surgiram no século XIX, com o incremento da industrialização na Europa. Para combater as jornadas de 16 horas diárias, o ambiente insalubre e a falta de saneamento em suas casas, os operários criaram as “Caixas Coletivas”, a partir de pequenas contribuições de cada trabalhador. Esse fundo servia para auxiliar os colegas que sofriam acidentes de trabalho, durante a velhice etc. Nossa aposentadoria, da forma que a conhecemos hoje, surgiu do exemplo da organização e da luta dos trabalhadores europeus, que conseguiram transferir as “Caixas Coletivas” de assistência social para a responsabilidade do Estado, que passou a assumir casos de acidente de trabalho, invalidez, velhice etc. Isso foi produto da luta organizada dos sindicatos e dos partidos ligados

aos trabalhadores. Estas experiências se expandiram e chegaram ao que hoje conhecemos como previdência.

Com o advento da Revolução Russa, em 1917, e a tomada de poder pelo novo Estado soviético, socialista e operário, o papel previdenciário passou à responsabilidade do Estado. As conquistas dos operários russos, a partir da Revolução, incentivaram os trabalhadores europeus, que iniciaram grandes levantes. Todos os estados europeus capitalistas começaram a fazer concessões. Ou seja, a previdência que temos hoje é produto de quase 200 anos de lutas e organização.

O professor Zafalão explicou que, no Brasil, o conceito de previdência e o de saúde se confundem, pois o governo coloca na mesma peça orçamentária a assistência à saúde e os gastos com a previdência (aposentadoria), chamado de seguridade social. Essa é uma manobra do governo, que arrecada muito mais do que gasta. Um exemplo é a CPMF, teoricamente destinada à saúde.

Em 1935, o governo paulista criou o Ipesp e passou a recolher 6% do salário do trabalhador, destinados ao pagamento de pensões em casos de falecimento. “Como na época havia poucas aposentadorias, a economia do governo girou em torno de R\$ 150 bilhões, dinheiro que resultou em obras, pontes, viadutos etc. “Ironicamente, hoje temos que pagar pedágios para transitar no que foi construído com o dinheiro do trabalhador”, criticou. Hoje, a quantidade de aposentados cresceu, o que ocasionou impacto na folha de pagamento do Estado. Se o dinheiro tivesse sido reservado para esse fim, não teríamos o déficit que o governo alegar atualmente.

Em 1998, com a primeira reforma da Previdência de FHC, foi alterada a idade mínima para se aposentar: homens a partir dos 53 anos e mulheres a partir de 48 anos. Quem mais perdeu naquele momento foi o setor privado. Também, o governo federal obrigou os estados e os municípios a criarem sistemas de previdência (autarquias) até o dia 28 de maio de 2007.

Em 1999, o governo Covas tentou aumentar a alíquota de contribuição dos servidores, mas foi obrigado a retirar o projeto a partir de forte mobilização da categoria, em especial dos professores.

Em 2003, a Reforma Previdenciária do governo Lula levou a várias manifestações, mas estas não foram fortes o suficiente para brechar o ataque. A seguir, o governo paulista conseguiu aumentar a contribuição do trabalhador para 11%, sendo 6% do Ipesp + 5%.

Em 2006, Alckmin tentou criar a lei que demitia os servidores públicos contratados pela Lei 500 (a Constituição de 88 permitia contratar serviço público em caráter temporário). Hoje, o Estado tem uma média de 2.000 professores nesta situação, muitos deles com 20 e até 30 anos no serviço público. Uma passeata gigantesca até a Assembleia Legislativa resultou na retirada do projeto.

Em 2007, o governador José Serra colocou em debate, novamente, a necessidade de se criar um regime próprio de previdência para o estado de São Paulo, chamado de São Paulo Previdência (SPPrev), e a guerra contra os servidores recomeçou. Como resultado de várias manifestações, paralisações e greves, o projeto teve cinco versões. Para poder aprovar a SPPrev, o governo considerou como titulares para cargos efetivos, apesar da inconstitucionalidade, mas conforme arranjo com o Ministro da Previdência, Luiz Marinho, todos os servidores contratados pela Lei 500. “Esta irregularidade vai estourar, com certeza, mais à frente”, avaliou Zafalão.



O palestrante lembrou, ainda, que o governo nunca contribuiu com a parte que lhe cabe. Estima-se que esta dívida seja de cerca de R\$ 50 bilhões. Para ele, o primeiro grande problema da SPPrev é a colocação, no texto da LC 1010/2007, da garantia da contribuição do Estado de 22% (2/1) sobre a arrecadação previdenciária. “A conta não vai fechar e a possibilidade do governo querer aumentar a alíquota de contribuição é muito grande”, alertou.

O segundo problema, para Zafalão, é que a SPPrev vincula o pagamento dos servidores aposentados a cada pasta. Por exemplo, dentro dos 30% destinados à educação, já está contido o pagamento aos aposentados, embora isso não seja um investimento na área.

“A grande questão que precisa ser vencida é o fato da sociedade estar contra os servidores por causa da campanha de que somos marajás e abocanhamos 5% dessa verba para aposentadoria”, ressaltou.

Um terceiro aspecto levantado pelo palestrante é a falta de democracia na SPPrev. “Seria natural que o dinheiro fosse administrado por quem é dono dele, mas não é isso que vai acontecer”, destacou. Para cumprir a lei, o governo maquiou a paridade. A administração da SPPrev será feita por três órgãos: o Conselho de Administração (composto por 14 membros, sendo 7 indicados pelo governador e 7 pelos servidores. O voto de Minerva é do presidente, que é indicado pelo governador); a Diretoria Executiva (composta por 5 pessoas, todas indicadas pelo governador); o Conselho Fiscal (formado por 6 membros, sendo 3 indicados pelo governador e 3 pelos servidores).

Sobre o financiamento, o Artigo 26, inciso I, diz que “os valores dos benefícios pagos à SPPrev serão computados para efeito de cumprimento de vinculações legais e constitucionais de gastos de áreas específicas”. Isso quer dizer que a cota-parte do governo na SPPrev, relativa aos servidores da educação, será deduzida dos 30% do orça-

mento vinculado à educação, o mesmo ocorrendo nos demais setores. “É uma manobra do governo para cumprir suas obrigações previdenciárias com o dinheiro que já é destinado às áreas sociais.

Finalizando sua exposição, Zafalão alertou que está tramitando na Câmara dos Deputados o projeto da terceira Reforma da Previdência, prevendo, entre outras mudanças, um mínimo de 67 anos para os homens se aposentarem e de 64 anos para as mulheres. “É o fim da aposentadoria especial para mulheres, sob o argumento imbecil e machista de que o mundo moderno trouxe a mulher para o mercado de trabalho e lhe deu condições de igualdade com o homem, considerando que teria acabado a dupla jornada, ou seja, o trabalho fora e o trabalho doméstico”.

Lembrando que a mobilização e a luta continuam sendo os únicos caminhos para combater os ataques do governo e dos patrões, Zafalão convidou os presentes a participarem das mobilizações.

Intervenções da plenária:

Luiz Carlos de Freitas Melo: Temos que nos organizar, resistir e enfrentar o problema. O governo avalia

que o trabalhador aposentado significa mais gasto, porque não produz mais. Com isso, pretende privatizar a aposentadoria. Nossa função é mostrar para o governo a nossa indignação, o nosso descontentamento.

Alexandre/Marília: Temos que abrir os olhos para o problema previdenciário, pois este não envolve somente os trabalhadores da Unesp ou da rede estadual, mas sim toda a população. Com a privatização, só poderão se aposentar alguns poucos, tanto no serviço público quanto no privado. Temos que mobilizar todos para derrubar essa reforma!

João Zafalão: Paridade entre os servidores da ativa com os aposentados já não existe há muito tempo. A grande briga é pela incorporação das gratificações e dos bônus, que estão presentes nos salários da maioria das categorias do serviço público. O segundo problema está no teto dos fundos de pensões. Durante a Reforma Previdenciária, o teto foi estabelecido em R\$ 2.400 reais, o que na época correspondia a 10 salários mínimos, e nunca mais foi corrigido. Ou seja, esse valor vai ser corroído ano após ano. Outra questão é que a lei estabelece apenas um “mínimo” de contribuição, que hoje é de 11%, mas não existe o máximo, o que abre espaço para o aumento das alíquotas.

14h: “Esunesp e Plano de Carreira”

Palestrantes: *Ademir Machado dos Santos (Presidente da Comissão de Reformulação do Esunesp) e Aurélio Teixeira da Silva (membro da Comissão de Reformulação do Plano de Carreira)*

Ademir Machado dos Santos: Falou sobre os trabalhos realizados pela comissão por ele presidida, criada pelo CADE para atualizar o Estatuto dos Servidores da Unesp (Esunesp). Além dele, compõem a comissão o professor Antônio Luís de Andrade (FC/Prudente) e Vani Rodrigues Santana (CRH/Reitoria).

Ademir informou que a Comissão iniciou os trabalhos em 3/10/2006 e estabeleceu como objetivo adequar o Esunesp às legislações em vigor, fixando conceitos que atendam, principalmente, aos anseios dos servidores. Para fazer os trabalhos, a Comissão levantou os dispositivos legais vigentes e processos relativos ao Esunesp, consultou os estatutos da USP e da Unicamp, estudou a versão da revisão



são feita por uma outra comissão (em 1996) e solicitou suporte do CRH para os trabalhos.

No dia 17/7/2007, a Comissão encaminhou, através da Secretaria Geral, a sua proposta de atualização e revisão do Esunesp a toda a comunidade da Unesp, pedindo que fossem enviadas sugestões até 10/9. Ademir disse que foram recebidas várias propostas, que contribuíram para a versão final da atualização/revisão do Esunesp. Os membros da Comissão estiveram nos campi de Bauru e Botucatu, a convite dos servidores, para debater a proposta.

“Agora, estamos na fase de formular portarias que alteram, incluem e revogam os dispositivos atuais do Esunesp e, em seguida, enviaremos para manifestação final da CRH, da Assessoria Jurídica da Unesp, Sintunesp e Associações, bem como ao CADE e ao CO”, relatou Ademir. Em sua avaliação, estamos dando um passo à frente da USP e da Unicamp, que ainda não atualizaram os estatutos de seus servidores.

“A Unesp terá um documento único atualizado de interpretação de todas as leis, facilitando o acesso dos servidores aos seus direitos e deveres”, frisou. Ele considera que os principais avanços contidos na proposta são relacionados às questões da carreira, previdência, do direito à greve e à sindicalização, à saúde do trabalhador etc.

“Faremos a proposta de uma comissão permanente para acompanhar eventuais mudanças e, se preciso, fazer novas atualizações. Por exemplo, a nova reestruturação do Plano de Carreira, nova reforma da Previdência e outras que virão, para que o nosso Esunesp não fique esquecido como ficou por 26 anos”, concluiu.

Aurélio Teixeira da Silva: Lamentou a ausência da apresentação de outras Associações, pois o Encontro é o fórum ideal para discussões sobre o Plano de Carreira. Disse que nenhum outro órgão público tem carreira consolidada como a que a Unesp está propondo. “É um plano que não vai ser contestado no futuro, como aconteceu com os anteriores, porque a comissão designada para esse fim teve o devido cuidado em observar as possíveis ilegalidades”, frisou. Porém, nada do que foi apresentado está sacramentado. Há a possibilidade da intervenção de massa crítica para discutir o assunto.

Não generalizando, Aurélio disse que o despreparo da área de RH da Unesp é considerável, porque exerce função de Departamento Pessoal e carece de formação e informação para pensar no desenvolvimento do servidor como um todo. Se o servidor não fez nenhum curso no período, por conta própria, a Universidade também não contribuiu em nada para que isso acontecesse. Hoje,

são disponibilizados R\$ 200 reais para os RH's promoverem cursos. Com esse valor e ADP *on line*, segundo Aurélio, é impossível qualificar e avaliar o servidor que necessita de especificidade e diversidade na sua formação. “Curso de auto-ajuda não é profissionalizante e haverá sérias dificuldades em obter Promoção, caso o servidor não consiga se qualificar por iniciativa própria. Embora exija cada vez mais o curso universitário, a Universidade não o reconhece financeiramente”, alertou.

Aurélio também lembrou que a Universidade nos deve a retroatividade da Promoção, porque a Portaria 37/98 sobre Plano de Carreira não foi revogada. Temos adversários internos e externos onde vai ser aprovada a versão final do Plano. No CO, são 25 diretores, 25 docentes, um reitor e cinco pró-reitores que vão estar aprovando as alterações feitas no Plano. “Então, temos que ir para a discussão com muita consistência e clareza”. Para ele, é importante brigar pela destinação, na peça orçamentária, de R\$ 500 mil reais para as unidades criarem cursos necessários à formação do servidor. Propôs que essa verba tem que ser distribuída igualmente. Finalizando, Aurélio frisou que, se a comunidade não se acha esclarecida para discutir o Plano, este deve retornar ao debate em plenária numa outra ocasião. “Temos que ter cuidado para não aprovar o que possa nos condenar no futuro.”

Intervenções da plenária:

Wagner Alexandre: Baseado na reunião realizada no dia 30/05/2007, o Sindicato encaminhou propostas, bem como uma avaliação jurídica, e solicitou que fosse disponibilizado o Parecer Jurídico da AJ da Unesp.

Aurélio Teixeira: Causou estranheza a assessoria jurídica do Sindicato ter perguntado se o Plano tem confiabilidade jurídica. Acredito que o pró-reitor não cometeria o desatino de colocar em pauta algo que não tenha confiabilidade jurídica.

Luiz Carlos de Freitas Melo: A grande preocupação é com relação ao ADP, que sempre serviu para punir o servidor.

Ademir Machado: Sugeriu que a proposta do Plano de Carreira seja retirada de pauta e que possamos formar novos fóruns de discussão. Temos todas as condições regimentais de aprovar o Plano no CADE, mas podemos usar nossa força enquanto representantes nesse órgão.

16h: “Fundações e terceirizações”

Palestrante: Sérgio Luiz Ribeiro

(Advogado, membro da Assessoria Jurídica do Sintunesp)

O palestrante abriu sua exposição considerando que o tema é de grande importância para o momento. Explicou que a terceirização é um fenômeno que surgiu na Europa nos anos 70, com a seguinte concepção: aquilo que não é foco da atividade produtiva deve ser transferido para alguém que o faça de uma maneira melhor que aquele em condições de fazer com má qualidade. Com esse espírito, foi criada a primeira legislação que surgiu no Brasil por volta dos anos 70, com algumas condições que soam como interessantes, como, por exemplo, a exigência de que o empregado terceirizado não pode ter salário menor do que o empregado da tomadora de serviços.

Porém, no final dos anos 70, espalhou-se pela Europa e Estados Unidos a idéia de que terceirização de serviços poderia ser algo muito vantajoso, no sentido de reduzir custos de produção, mantendo a qualidade. Era a época do Toyotismo em substituição ao Fordismo. Com isso, os empregados das prestadoras de serviços passam a ser mal remunerados. “Temos inúmeras ações trabalhistas envolvendo empresas terceirizadas que fecham”, lembrou o palestrante.

Existem varias formas de terceirização: trabalho temporário, estágios, cooperativas etc. Nos anos 90, com a política de reforma administrativa, eufemismo para a desmantelamento do Estado, a terceirização foi uma das grandes vias encontradas para favorecer o capital privado e, com isso, desobrigar o Estado de várias de suas responsabilidades.

No serviço publico, foram criadas as fundações ditas de “apoio”, com a finalidade de “desburocratizar” o setor. Elas passaram a captar recursos do setor privado para investir no setor público sem nenhum entrave legal.

O palestrante ressaltou que o resultado da terceirização nas universidades é a privatização por dentro, através de fundações conduzidas por alguns docentes. “São eles que alimentam esse tipo de situação”,



criticou. Na Unesp de Botucatu, por exemplo, a Famesp, criada para terceirizar a administração do hospital, passou a administrar hospitais estaduais e municipal de Bauru. É uma fundação pública, porque recebe verba pública, mas também é de direito privado. Admite funcionários por concurso público, mas pela CLT.

Outro exemplo citado pelo palestrante foi a Fundunesp, que terceiriza mão-de-obra para a Unesp através de processo seletivo. A assessoria jurídica do Sintunesp conseguiu reintegrar vários funcionários demitidos pela Fundunesp e que entraram em ação na justiça contra a Unesp. Para ele, Associações e Sindicato devem combater a terceirização, pois se trata de um tipo de privatização. “Qual é o sentido de existir uma fundação, se é o próprio Estado quem deveria exercer essa função?”, questionou. “Nossas energias não devem ser lançadas contra os trabalhadores das fundações, que têm suas condições de trabalho precarizadas e menos direitos”, defendeu. Ele lembrou que há setores da universidade pública totalmente gerenciados pelas fundações, como é o caso do Centrinho da USP.

“Sindicato e associações precisam aprofundar esta discussão e encontrar alternativas para organizar esses trabalhadores, que não são inimigos. Precisamos, também, iniciar um combate duro em relação às fundações, denunciando à sociedade que elas estão sendo ban-

çadas com recursos públicos”, finalizou.

Intervenções da plenária:

Luiz Carlos de Freitas Melo: Se a atuação das fundações privadas é ilegal, porque continuam existindo? E as Parcerias Públicas Privadas, as chamadas PPP's?

Sérgio Ribeiro: O Ministério Público Estadual fiscaliza qualquer fundação, seja privada ou pública. Porém, há toda uma manipulação de informações. Estas fundações são criadas no âmbito do chamado terceiro setor, pois os outros dois setores (Estado e mercado) estariam deixando de funcionar corretamente.

Aurélio Teixeira: Há verba de custeio pagando terceirizadas, mas não há verba para contratação por vias nor-

mais. Devemos responsabilizar o administrador público que autoriza a terceirização. O governo federal vem se empenhando em criar tipos de terceirização. Porém, o fato de existir uma lei não impede de se contestar.

Djalma Bovolenta: A questão das fundações é a facilidade de demitir e contratar por pouco salário.

Antônio Luiz Fieno: Como o pessoal terceirizado poderia se inserir no Sindicato?

Sérgio Ribeiro: A lógica da terceirização é baratear e isso acaba virando uma ideologia, uma forma de baixar salário. Acredito que o Sindicato deva acolher esses trabalhadores, defendendo que tenham todos os direitos, inclusive salários iguais aos do pessoal das Universidades. Com isso, é possível inviabilizar a terceirização na prática.



Deliberações aprovadas na plenária final, em 6/10/2007



A pauta da plenária final:

- Mais Unesp Saúde
- SPPrev
- Esunesp
- Plano de Carreira
- Fundações/Terceirizações
- Campanha salarial
- Eleições para os Órgãos Colegiados Centrais
- Pauta Específica
- Orçamento da Unesp
- Promoção

Mais Unesp Saúde

Proposta

- Moção em defesa do Plano Mais Unesp Saúde e apoio das Associações presentes e do Sintunesp à nova proposta do Plano.

Deliberação

- Aprovada por consenso a moção (anexa) e encaminhada ao CO e ao Superintendente do Plano.

SPPrev

Propostas

- Discussão regional com subsídio do Sindicato.
- Defesa do Iamspe.
- Representação no Conselho Administrativo da SPPrev.

Deliberações

- Aprovada por consenso.
- Aprovada por consenso.
- Moção ao Fórum das Seis (anexa).

Esunesp

<p>Proposta</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio à proposta de reestruturação e ao encaminhamento desta às assessorias jurídicas das entidades (Sindicato e Associações) para avaliação, antes de ser submetida ao CADE e ao CO 	<p>Deliberação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprovada por consenso.
---	--

Plano de Carreira

<p>Propostas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Que a revisão (último formato do Plano) seja colocada à apreciação da comunidade. - Garantir a aprovação, no orçamento, de recursos para promoção e qualificação funcional. - Disponibilizar, à comunidade, parecer da AJ da Unesp sobre o Plano. - Constituição e efetivação dos conselhos locais - CARH e COPAC. 	<p>Deliberações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Todas aprovadas por consenso.
---	--

Fundações/Terceirizações

<p>Propostas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cobrar, do CADE, a atuação da comissão constituída para este fim. - Sempre que necessário, Sindicato e Associações encaminharão ação jurídica contra as terceirizações. - Moção contra as terceirizações. 	<p>Deliberações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Todas aprovadas por consenso. Moção em anexo.
---	--

Campanha salarial

<p>Propostas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Moção em defesa da parcela fixa do reajuste salarial. - Moção de repúdio às punições. Defesa dos que lutam pela universidade pública. 	<p>Deliberações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprovadas por consenso (em anexo).
--	---

Eleições para os Órgãos Colegiados Centrais

Propostas	Deliberações
<ul style="list-style-type: none"> - Visitas aos <i>campi</i>, objetivando a conscientização das Associações que ainda não participam do Chapão. - O primeiro item da pauta do próximo Encontro deve ser a discussão dos critérios para a participação no Chapão. - Avaliação dos trabalhos das Associações comprometidas com o Chapão, logo após as eleições. - Moção pela paridade nas representações dos Órgãos Colegiados centrais e locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Todas aprovadas por consenso. Moção em anexo.

Pauta Específica

Proposta	Deliberação
<ul style="list-style-type: none"> - Moção de apoio à negociação da Pauta Específica, bem como ao atendimento das reivindicações nela contidas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovada por consenso (em anexo).

Orçamento da Unesp

Propostas	Deliberações
<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar a participação da comunidade, democratizando o processo de discussão da peça orçamentária. - Alocar recursos financeiros para pagamento da Promoção (ADP), qualificação funcional, precatórios, reajuste e ampliação do benefício dos vales alimentação e transporte, contratações e outros itens relativos ao bem-estar do servidor técnico administrativo. - Alocar, na peça orçamentária de 2008, recursos financeiros para pagamento dos precatórios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovadas por consenso.

Promoção

Proposta

- Solicitar a revisão dos critérios do pagamento da Promoção devida, referente ao período de 2003 e 2004, no sentido de contemplar, inclusive, com pagamento de 5%, os servidores afastados por licenças gestante e saúde, que cumpriram o interstício de três anos e obtiveram conceito “atingiu o esperado” ou “superou o esperado”, pois será uma injustiça o não atendimento dessa matéria em questão.

Deliberação

- Proposta aprovada por consenso.

Moções aprovadas

Moção em defesa do Plano Mais Unesp Saúde!

Os servidores presentes no VI Encontro de Associações e Sintunesp, realizado em Bauru, de 4 a 6 de outubro de 2007, avaliam como positivas as mudanças propostas pela Superintendência do Plano Mais Unesp Saúde, no sentido de corrigir suas distorções e de fortalecê-lo. Num cenário em que o Estado omite-se de sua obrigação de conceder atendimento de saúde de qualidade à população, a existência de um plano como esse é uma alternativa para a comunidade unespiana.

O VI Encontro considera progressista a política de maior subsídio às faixas salariais mais baixas e espera que a reitoria da Unesp mantenha e expanda esta política, de forma a beneficiar os trabalhadores da Universidade.

*Bauru, 6 de outubro de 2007.
VI Encontro de Associações e Sintunesp*

Moção ao Fórum das Seis sobre participação na SPPrev

Os servidores presentes no VI Encontro de Associações e Sintunesp, realizado em Bauru, de 04 a 06 de outubro de 2007, discutiram as implicações de representação do Fórum das Seis junto ao Conselho de Administração da São Paulo Previdência – SPPrev. Embora tenham clareza dos limites impostos a esta representação, os servidores avaliam como importante a ocupação deste espaço pelos trabalhadores, como meio de denúncia e fiscalização.

*Bauru, 6 de outubro de 2007
VI Encontro de Associações e Sintunesp*

Moção de repúdio às terceirizações

Os servidores presentes no VI Encontro de Associações e Sintunesp, realizado em Bauru, de 4 a 6 de outubro de 2007, repudiam veementemente o processo de terceirização iniciado na Unesp e consideram-no uma forma explícita de precarização do trabalho, bem como um desrespeito à categoria de servidores da Universidade. Em nome de questionáveis resultados, como uma pretensa economia de recursos e agilidade burocrática, a Unesp submete uma parcela dos trabalhadores a más condições de salário e de trabalho.

O VI Encontro empunha a bandeira histórica do funcionalismo, que é a defesa do público para o público, e conclama a direção da Universidade a estancar esse processo, utilizando somente o concurso público como via de acesso ao seu quadro funcional.

*Bauru, 6 de outubro de 2007.
VI Encontro de Associações e Sintunesp*

Moção em defesa da parcela fixa do reajuste salarial!

Os servidores presentes no VI Encontro de Associações e Sintunesp, realizado em Bauru, de 4 a 6 de outubro de 2007, reivindicam das reitorias da Unesp, USP e Unicamp a concessão da parcela fixa de reajuste, correspondente a R\$ 200,00 para todos, durante a negociação prevista para 31 de outubro próximo. Os servidores entendem que a parcela fixa é um mecanismo de diminuição do fosso existente entre as faixas salariais nas universidades, configurando-se num real mecanismo de redistribuição de renda.

A arrecadação do ICMS vem batendo recordes, bem acima das projeções do governo, do Cruesp e até mesmo do Fórum das Seis. O compromisso acordado ao final da greve foi que o Cruesp negociaria a parcela fixa do reajuste se o ICMS ultrapassasse o patamar mínimo de R\$ 43,25 bilhões. A projeção é que esse valor seja superior a R\$ 44 bilhões, ou seja, é possível e viável o pagamento da parcela fixa. O VI Encontro espera que os reitores honrem a palavra empenhada e atendam à justa reivindicação de servidores e docentes.

*Bauru, 6 de outubro de 2007.
VI Encontro de Associações e Sintunesp*

Moção em defesa da paridade

Os servidores reunidos no VI Encontro de Associações e Sintunesp, realizado em Bauru, de 4 a 6 de outubro de 2007, manifestam-se na defesa da paridade entre os três segmentos (servidores, docentes e estudantes) em todas as instâncias colegiadas da Universidade, bem como nos pleitos para escolha de seus dirigentes. Em pleno século 21, os servidores consideram inaceitável que uma instituição que deveria ser a vanguarda do pensamento democrático e do conhecimento na sociedade, conviva com a odiosa discriminação de parte de sua comunidade, que “pesa” apenas 15% nas decisões, relegando-a à condição de cidadãos de segunda classe. Não à discriminação! Paridade, já!

*Bauru, 6 de outubro de 2007.
VI Encontro de Associações e Sintunesp*

Moção de repúdio contra as punições! Defesa dos que lutam pela universidade pública!

Os servidores presentes no VI Encontro de Associações e Sintunesp, realizado em Bauru, de 4 a 6 de outubro de 2007, manifestam sua indignação contra as retaliações e punições que vêm sendo impostas a membros da comunidade acadêmica que lutaram em defesa da autonomia e da universidade pública nas mobilizações deste ano.

É público e notório que a preservação da autonomia universitária, fortemente ameaçada pelo governo Serra desde o primeiro dia de seu mandato, é produto direto da ação e da luta de servidores, professores e estudantes, com destaque para estes últimos, que conseguiram colocar o movimento na ordem do dia. Portanto, é inaceitável que as administrações das universidades estaduais paulistas impulsionem qualquer tipo de retaliação, interna ou externamente, seja por meio de sindicâncias ou ações judiciais. Neste sentido, a condenação judicial de três estudantes no campus de Araraquara, "acusados" de resistir à desocupação da diretoria da FCL, que se deu mediante o uso da força policial, preocupa a todos e deve ser revogada.

O VI Encontro de Associações e Sintunesp pede a imediata sustação de qualquer processo punitivo contra aqueles que não se omitiram diante dos ataques à universidade pública.

*Bauru, 6 de outubro de 2007.
VI Encontro de Associações e Sintunesp*



*Na plenária final, as homenagens aos servidores que participaram da organização do VI Encontro (ao lado).
Abaixo, os companheiros responsáveis pelo VI Encontro durante a confraternização final.*



Prestação de contas do VI Encontro

VALOR DE MENSALIDADE E DE INSCRIÇÃO		R\$ 60,00	
	TOTAL	V-PAGO	SALDO
ASERCAU			
11 MENSALIDADES	R\$ 660,00	R\$ 660,00	R\$ 0,00
5 PARTICIPANTES	R\$ 300,00	R\$ 360,00	R\$ 60,00
TOTALS	R\$ 960,00	R\$ 1.020,00	R\$ 60,00
SSUJ			
11 MENSALIDADES	R\$ 660,00	R\$ 660,00	R\$ 0,00
3 PARTICIPANTES	R\$ 180,00	R\$ 180,00	R\$ 0,00
TOTALS	R\$ 840,00	R\$ 840,00	R\$ 0,00
ASCA			
11 MENSALIDADES	R\$ 660,00	R\$ 660,00	R\$ 0,00
2 PARTICIPANTES	R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 0,00
TOTALS	R\$ 780,00	R\$ 780,00	R\$ 0,00
ASTABILCE			
11 MENSALIDADES	R\$ 660,00	R\$ 660,00	R\$ 0,00
4 PARTICIPANTES	R\$ 240,00	R\$ 240,00	R\$ 0,00
TOTALS	R\$ 900,00	R\$ 900,00	R\$ 0,00
ASSUIS			
11 MENSALIDADES	R\$ 660,00	R\$ 660,00	R\$ 0,00
4 PARTICIPANTES	R\$ 240,00	R\$ 240,00	R\$ 0,00
TOTALS	R\$ 900,00	R\$ 900,00	R\$ 0,00
ASUNESP			
11 MENSALIDADES	R\$ 660,00	R\$ 660,00	R\$ 0,00
2 PARTICIPANTES	R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 0,00
TOTALS	R\$ 780,00	R\$ 780,00	R\$ 0,00
ASU			
11 MENSALIDADES	R\$ 660,00	R\$ 660,00	R\$ 0,00
4 PARTICIPANTES	R\$ 240,00	R\$ 240,00	R\$ 0,00
TOTALS	R\$ 900,00	R\$ 900,00	R\$ 0,00
ASFO			
11 MENSALIDADES	R\$ 660,00	R\$ 660,00	R\$ 0,00
2 PARTICIPANTES	R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 0,00
TOTALS	R\$ 780,00	R\$ 780,00	R\$ 0,00
ASA			
11 MENSALIDADES	R\$ 660,00	R\$ 660,00	R\$ 0,00
3 PARTICIPANTES	R\$ 180,00	R\$ 180,00	R\$ 0,00
TOTALS	R\$ 840,00	R\$ 840,00	R\$ 0,00
SINTUNESP			
11 MENSALIDADES	R\$ 660,00	R\$ 720,00	R\$ 60,00
5 PARTICIPANTES	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 0,00
TOTALS	R\$ 960,00	R\$ 1.020,00	R\$ 60,00
ASSUNEB			
11 MENSALIDADES	R\$ 660,00	R\$ 720,00	R\$ 60,00
PARTICIPANTES	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTALS	R\$ 660,00	R\$ 720,00	R\$ 60,00
ASFEL			
11 MENSALIDADE	R\$ 660,00	R\$ 660,00	R\$ 0,00
4 PARTICIPANTES	R\$ 240,00	R\$ 240,00	R\$ 0,00
TOTALS	R\$ 900,00	R\$ 900,00	R\$ 0,00
TOTAL PAGO MENSALIDADES		R\$ 8.040,00	
TOTAL PAGO PARTICIPANTES		R\$ 2.340,00	
TOTAL GERAL	R\$ 10.200,00	R\$ 10.380,00	R\$ 180,00

Prestação de contas do VI Encontro

DATA	PAGAMENTOS EFETUADOS	DÉBITOS	CRÉDITOS
21/09/07	NF073104 - KALUNGA - PAPELARIA	R\$ 90,16	
21/09/07	TICKT IMAGEM - PAPELARIA	R\$ 17,70	
02/10/07	NF 079 - MAURI MASSAMI (CAMISETAS)	R\$ 735,00	
02/10/07	NF1424 - LUA NOVA IND. (BOLSAS)	R\$ 673,80	
03/10/07	NF 484070 - JALLOVI - PAPELARIA	R\$ 142,00	
03/10/07	TIKT WAL-MART - BRINDES PALESTRANTES	R\$ 274,58	
03/10/07	NF 404867 - JALLOVI - PAPELARIA	R\$ 69,00	
03/10/07	DESPESA COM TAXI	R\$ 11,00	
04/10/07	NF 1734 - CIDADE FAIXA	R\$ 25,00	
04/10/07	RECIBO UNESP - FC - BANNERS	R\$ 80,00	
04/10/07	NF077050 - KALUNGA - PAPELARIA	R\$ 90,47	
04/10/07	NF 254 - DUQUE PETISCO	R\$ 20,00	
05/10/07	NF 13678 - CONFIANÇA - ALMOÇO FINAL	R\$ 267,99	
06/10/07	NF 5209 - IMAGEM PAPELARIA	R\$ 58,60	
06/10/07	NF 035813 - MAKRO - MAT. LIMPEZA	R\$ 25,00	
06/10/07	NF 13701 - CONFIANÇA - ALMOÇO FINAL	R\$ 9,88	
06/10/07	IRETUR - ALUGUEL ONIBUS	R\$ 350,00	
06/10/07	RECIBO ROBERTO C. LIMA - BANDA	R\$ 250,00	
06/10/07	RECIBO SIDNEY V. DOS SANTOS - ALMOÇO FINAL	R\$ 330,00	
06/10/07	RECIBO AURELIO T. DA SILVA - VIAGEM PALEST.	R\$ 150,00	
06/10/07	RECIBO BAHIJI HAJE - JORNALISTA	R\$ 450,00	
06/10/07	NF 236 - SORV. NOVA DELICIA - SOBREMESA	R\$ 110,00	
08/10/07	NF2858 - XOK BEBIDAS - ALMOÇO ENCERRAMENTO	R\$ 218,50	
08/10/07	HOTEL BEKASSIN LTDA	R\$ 3.000,00	
08/10/07	HOTEL BEKASSIN LTDA	R\$ 2.925,00	
09/10/07	NF 1309 - ADMA FLORICULTURA LTDA	R\$ 100,00	
15/10/07	HOTEL BEKASSIN LTDA	R\$ 448,50	
20/11/07	CUPOM 959057 IMAGEM PAPELARIA	R\$ 135,95	
07/12/07	REDAÇÃO/REVISÃO DE TEXTO E DIAGRAMAÇÃO	R\$ 340,00	
07/12/07	IMPRESSÃO/ENCARDENAÇÃO E ACABAMENTO	R\$ 150,00	
	RECEBIMENTOS		
	PATROCINIO UNESP/REITORIA		R\$ 2.925,00
	PATROCINIO FUNDUNESP		R\$ 3.000,00
	PATROCINIO MAIS UNESP		R\$ 1.000,00
	MENSALIDADES DAS ASSOCIAÇÕES/SINDICATOS		R\$ 8.040,00
	INSCRIÇÕES DE PARTICIPANTES		R\$ 2.340,00
	RENDIMENTO DAS APLICAÇÕES		R\$ 379,20
	TOTAIS	R\$ 11.548,13	R\$ 17.684,20
	SALDO DISPONIVEL		R\$ 6.136,07
	CONSIDERAR NO SALDO DISPONIVEL		
	MENSALIDADE DE NOVEMBRO/2007 - ASSUNEB		R\$ 60,00
	MENSALIDADE DE NOVEMBRO/2007 - SINTUNESP		R\$ 60,00
	MENSALIDADE DE NOVEMBRO/2007 - ASERCAU		R\$ 60,00
	REPASSE DE SALDO DO VI ENCONTRO		R\$ 5.956,07
	TOTAL REPASSADO A ASCA		R\$ 6.136,07



Próximo encontro

O VII Encontro de Associações e Sintunesp, em 2008, será sediado pela ASCA/Araçatuba

Data prevista: 6 a 8/11/2008.

Valor da mensalidade: R\$ 60,00.

Período para realização dos depósitos: de novembro/2007 a outubro/2008.

Dados para depósito das mensalidades:

Banco: 151 – Nossa Caixa S.A.

Agência: 1337-4 – Unesp/Araçatuba

Conta: 19 000095-6

Favorecido: Adélia Barreto C.Silva e Outros.

Máximo de participantes por Associação: 5 representantes.



Representantes da Assuneb e da ASCA, respectivamente responsáveis pelo VI Encontro (Bauru/2007) e pelo VII Encontro (Araçatuba/2008).